

Educadoras museais e os marcadores sociais da diferença: raça e classe sob um olhar decolonial e sociomuseológico

Karlla Kamylla Passos¹

Museum educators and the social markers of difference: race, class and from a decolonial and sociomuseological perspective

Introdução

“Quando nos transformamos de objetos manipuláveis em sujeitas empoderadas, nós, mulheres negras, necessariamente ameaçamos o *status quo*”. (hooks, 2023, p. 6)

O presente texto visa refletir sobre alguns marcadores sociais da diferença evidenciados em entrevistas com educadoras/es para a tese ‘Educação Museal e Feminismos no Brasil: silenciamentos, estranhamentos e diálogos a partir de um olhar interseccional e decolonial’ (2023). Aqui abordaremos os marcadores relacionados a cor/raça e classe. São pontos extremamente relevantes para a Sociomuseologia, visto que deve ser um compromisso. Como apontou a autora Judite Primo (2019, p. 4) que se confronta (ou deveria) com os fluxos migratórios, as lutas pela equidade de gênero, as demandas pela igualdade racial e étnica, entre outras questões. Outra definição que fala muito sobre o que esse texto busca é uma descolonização definida como um processo político, “sempre uma luta para nos definir internamente, e que vai além do ato de resistência à dominação, estamos sempre no processo de recordar o passado, mesmo enquanto criamos novas formas de imaginar e construir o futuro” (hooks, 2019, p. 37). Outra questão importante é buscar, a partir dessas reflexões o giro decolonial, definido como

“o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, a lógica da modernidade/colonialidade, de insurgência e construção de perspectivas “outras” e de afirmação de processos educativos comprometidos com os sujeitos subalternizados pela lógica educacional hegemônica.” (Walsh et al., 2018, p. 6)

Abaixo (quadro 1) estão os motivos para a escolha das 12 pessoas entrevistadas, sem citar nomes, para preservarmos quem participou da pesquisa. Os codinomes escolhidos (de maneira

¹ Professora de Museologia na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Graduada em Museologia pela UFG; doutora em Museologia pela ULusófona; mestra em Divulgação da Ciência pela Fiocruz. Museóloga 1252-I., ORCID: 0000-0003-0419-2751, kamylla.passos@hotmail.com

não-aleatória) são de autoras e autores referências para a pesquisa e/ou citados nas entrevistas, abaixo colocamos o nome inteiro para que vocês possam identificar.

Codínome na pesquisa	Motivo da escolha
Ailton Krenak	Acre
Aníbal Quijano	Homem Cisgênero heterossexual
Audre Lorde	Pedi maior aprofundamento a partir do questionário
bell hooks	Preta, católica, de Alagoas
Catherine Walsh	Circulação entre várias regiões do país e professora na Museologia
Conceição Evaristo	Religião Judaísmo messiânico
Grada Kilomba	Museóloga
Itamar Vieira Jr.	Homem cisgênero homossexual
Jota Mombaça	Mulher Transgênero e preta
Lélia Gonzalez	Tocantins
Raewyn Connell	Pansexual, preta
Stuart Hall	Circulação entre várias regiões do país

Quadro 1: Codinomes das educadoras e outras informações.

Fonte: Questionário, organização da autora.

A metodologia utilizada foi entrevista semiestruturada online e análise de conteúdo (Bardin, 1977) para trabalhar as respostas das pessoas entrevistadas. Na tese mencionada e no artigo de Karlla Kamylla Passos (2022) temos um detalhamento da metodologia e do processo de entrevistas e análise.

Sou negro/a? Branqueamento, colorismo e outras questões inerentes ao racismo à Brasileira

“Regresso em busca daquilo que as narrativas hegemônicas ‘deixaram cair’ ao longo da história”. (hooks, 2019, p. 22)

O presente tópico mostra as falas das educadoras sobre questões de cor/raça, colorismo, racismo, entre outros pontos. Muitas vezes, o branqueamento que opera em nossa sociedade invisibiliza nossas diferenças, assim, acabamos por nomear de “moreno” quem “não é branco”. A educadora *Lélia*, por exemplo, disse o seguinte sobre sofrer preconceito: *“tenho parte da família negra, meu pai é moreno escuro, digamos assim, eu tenho o cabelo bem crespo. Uma coisa que eu sempre vivi muito [...] de ir ao cabeleireiro e as pessoas já me perguntaram logo se eu não ia alisar, agora é pintar e alisar, por causa dos brancos”* (fala de *Lélia*, grifo meu). Moreno escuro deve ser negro, e até de pele retinta. O branqueamento e a cultura eurocêntrica impuseram as pessoas negras um desvio existencial. E a abordagem em relação aos cabelos grisalhos é etarismo, preconceito pela idade. A autora Mary Castro (2019) trabalhou com entrevistas de empregadas domésticas sindicalistas de Salvador e categorizou as respostas de maneira parecida, a partir dos marcadores sociais da diferença. Na questão de raça, ela percebeu que

“aquelas que nas estatísticas oficiais seriam classificadas de pardas referem-se a si próprias como ‘marrom’, ‘escura’, ‘clarinha’, ‘claramente’, ‘um pouco escurinha’, ‘clara’ e ‘marrom clara’, ‘não muito

escura' ou 'morena' [...] em vez de uma diferenciação aguda entre negros e brancos, um contínuo de cores é estabelecido.” (Castro, 2019, p. 222).

Os resultados de Castro mostram o “impacto profundo da opressão internalizada” (hooks, 2019, p. 62), as entrevistadas da pesquisa da autora e do presente estudo tem dificuldades de se reconhecerem enquanto negras devido ao branqueamento da sociedade, esse que apaga a ancestralidade do povo negro e não lhe concede privilégios. As educadoras entrevistadas foram tocando nesse ponto durante boa parte da entrevista de forma muito variada e se questionando ou contando questionamentos. Em suas falas, elas relatavam o racismo cotidiano, que

“não é um evento violento na biografia individual, como se acredita – algo que ‘poderia ter acontecido uma ou duas vezes’ –, mas sim o acúmulo de eventos violentos que, ao mesmo tempo, revelam um padrão histórico de abuso racial que envolve não apenas os horrores da violência racista, mas também as memórias coletivas do trauma colonial” (Kilomba, 2020, p. 215).

Lélia diz que seus cabelos crespos são um marcador de ancestralidade², são assim porque os avós eram assim. E conta que é questionada: “Teve uma época que era assim, as pessoas alisavam. Agora entrou na moda. É uma coisa que me marcou muito.” (Fala de Lélia). Essa questão da moda, que a educadora mencionou, tem relação com o movimento de colocar os cabelos enrolados e crespos no padrão da sociedade capitalista³. Ainda não alcançamos uma liberdade capilar, especialmente para mulheres negras. Para pensarmos mais sobre o tema, cabe citar o trabalho de Rafael de Abreu e Souza: ‘Deixa meu cabelo em paz e outros contos sobre Arqueologia do Racismo à Brasileira’ (Abreu e Souza, 2020). Além da dissertação ‘Cabelo BBB (bom, bonito e barato): indústria, cabelos crespos e memórias de mulheres negras’ (2023) de Dáguila da Silva Boaventura, ainda não disponível online.

A educadora Catherine me chamou a atenção quando chegou na entrevista com o cabelo escovado; a conheço e sei que ela geralmente usa seus cabelos naturais (entre o ondulado e enrolado). Então, ao longo da entrevista, sobre os marcadores que atrapalham na busca de emprego, ela terminou a resposta dizendo: “Tem reuniões como hoje que eu escovo o cabelo, sei que tem diferença de tratamento” (Fala de Catherine). O racismo estrutural opera das formas mais variadas e surpreendentes possíveis – conforme definições de Grada Kilomba (2020) –, como uma exclusão de pessoas negras de estruturas sociais e políticas. Para que essa exclusão não aconteça, temos que nos submeter aos códigos racistas da sociedade. A autora bell hooks (2023, p. 28) refletiu sobre como “a arte de se esconder por trás de uma falsa aparência poderia ser útil no trato com o senhor e a senhá [...] podia garantir a segurança de alguém, podia ajudar a obter acesso a recursos maiores”.

A entrevistada bell falou sobre a ausência das pessoas negras onde trabalha: “Questão de cor eu não noto muito. Assim, eu não vejo muito a presença de pessoas negras muito frequente” (Fala de bell). Quando pessoas negras estão presentes, ela não identifica racismo, porém,

² Ver mais em: ‘Por que o cabelo é tão importante no movimento negro’. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kH-bxSrBTz8>>. Acesso em: 27 do **mês da consciência negra** de 2022.

³ Vale mencionar aqui a Drag queen Rita von Hunty, nome artístico de Guilherme Terreri Lima Pereira, que é professor e YouTuber com seus vídeos no canal ‘Tempero Drag’. No vídeo ‘Quem pode ter família? Parentesco Hetero’, Rita fala sobre as classificações do capitalismo e patriarcado, que absorve esses grupos sociais em seus padrões, como as pessoas LGBTQ+ que, para serem aceitas, precisam se casar, aderir à monogamia etc. Isso acontece com os cabelos enrolados e crespos absorvidos pelas marcas de cosméticos.

podemos refletir os motivos dessa ausência, imbricados com o racismo institucional do museu em que atua – que pertence a uma universidade, como definiu Kilomba (2020, p. 77 e 78).

Aníbal, por exemplo, falou da questão da autodeclaração “*muitos colegas de trabalho optam por branco ou pardo por conta do preconceito mesmo, não admite.*” (Fala de *Aníbal*). Visto que os códigos da sociedade são brancos e mantidos assim, “que por sua vez tornam a *branquitude* a norma nacional” (Kilomba, 2020, p. 15). E “para o negro, existe apenas um destino. E ele é branco”. (Fanon, 2020, p. 24). O educador *Ailton*, na resposta sobre marcadores que excluem ou privilegiam, fez uma reflexão sobre sua própria cor. Entende que não é preto, não sofre preconceito ou críticas por seu perfil étnico-racial; todavia, ele presencia alguns episódios, por ter amigos negros, então ele diz que não sabe se chama de preto ou negro. Percebe que as pessoas pretas sofrem mais preconceito que ele, que se encara como pardo. O educador *Stuart* também contou seu dilema, por se ver em um limbo, “*sempre me identifiquei como pessoa branca. Mas na longa experiência da minha vida, fui percebendo que na verdade não era bem assim, minha mãe é negra por exemplo*” (Fala de *Stuart*). Mães e pais negros não nos fazem negros, mas no caso do educador ele tem traços que se assemelham mais ao povo negro do que branco. A autodeclaração é complexa no Brasil, tem alguns elementos que se sobrepõem e deixam esse processo altamente confuso, como o fato do racismo no Brasil estar muito atrelado a cor da pele e alguns traços⁴. Tem também o colorismo (imagem 1) que traz o limbo para essas pessoas pardas que não são pretas e nem brancas, e constantemente questionadas sobre sua cor, por si mesmas e pela sociedade que tende a nos embranquecer. E ainda adicionamos a essa problemática o fato de pessoas brancas por vezes se declararem negras para usufruir de conquistas do movimento negro como a lei de cotas⁵, por exemplo.



Figura 1: Participantes negros no Big Brother Brasil 23.

Fonte: Site ‘O fuxico’⁶.

Sobre racismo mais declarado e a importância de uma visão interseccional, a educadora *Jota* relatou algumas questões quando perguntei sobre marcadores que excluem ou privilegiam. Ao contar sobre as vagas de emprego, que, quando não é para seus marcadores, ela é excluída.

⁴ Vale destacar as discussões possíveis a partir de cenas do filme brasileiro ‘Bacurau’, onde pessoas de pele brancas não são reconhecidas pela branquitude estrangeira devido aos traços.

⁵ Ver mais em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/lei-de-cotas-dez-anos-da-norma-que-garantiu-direitos-e-derrubou-o-mito-da-democracia-racial>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

⁶ Disponível em: <<https://www.ofuxico.com.br/reality-show/bbb-23/bbb23-participantes-negros-se-reunem-em-foto/>>. Acesso em 12 abr. 2023.

Já quando é para pessoas trans, através da plataforma ‘TransEmpregos’⁷, por exemplo, ela já pode ser *privilegiada*, de acordo com ela. Mas isso não é um privilégio, tanto que contou “*no meio branco, mesmo sendo recortada para pessoas trans, eu vou sofrer o racismo [...] Ou se for o contrário, se for uma vaga dentro de um meio negro [...], mas que não seja recortada para pessoas trans, provavelmente eu vou enfrentar a transfobia*”. Ainda, ela fala sobre acreditar “*que o financeiro ele impacta muito na saúde mental de pessoas negras e LGBT. Então como estou bem colocada no mercado de trabalho, consigo organizar para cuidar da saúde mental*” (Fala de Jota). Ter segurança financeira, com toda certeza, impacta nossa saúde mental. Jota e Raewyn enfatizaram isso, ainda mais especificamente para grupos tradicionalmente excluídos.

Quando Jota estava falando dos públicos, ela chamou a atenção para isso, disse que o museu em que trabalha tem um olhar mais voltado para alguns grupos: escolar, professoras para formação, ONG’s e outros. Então ela fala: “*Pensando que alunos de escolas particulares são, na maioria das vezes, brancos, com renda maior, né? Alunos de escolas públicas geralmente são mais racializados*” (Fala de Jota). Para quem é educadora e tem esse olhar mais atento a essas diferenças, sabe-se que há um abismo entre as várias características de escolas particulares para as públicas, especialmente se trabalhamos em um museu de arte. A educadora ainda relata: “*Falas racistas, não se entendem enquanto falas racistas. Isso, independente se a pessoa branca, se a pessoa negra. É o processo que a gente faz, de letramento racial*” (Fala de Jota). A autora Grada Kilomba refletiu sobre isso: “*o sujeito negro se encontra forçado a se identificar com a branquitude*⁸, porque as imagens de pessoas *negras* não são positivas” (2020, p. 154). Daí a impressão de que, muitas vezes, a sociedade branca quer impor que pessoas negras também são racistas. Com efeito, ao classificá-lo na norma racista, ele normaliza a prática, de onde se populariza essa percepção de que ‘até negros são racistas’. Na verdade, nascemos em uma sociedade em que se assumir pessoa negra exige coragem, sobretudo (mas não só) para confrontar a hegemonia branca, que tende a invisibilizar com pardo, moreno, mestiço, entre outras nomenclaturas possíveis. É comum certo “bombardeio” de mensagens de que a *branquitude* é tanto a norma quanto superior. Isildinha Nogueira trabalhou esse tema, falando sobre o Brasil:

“o negro no seu processo de tentar se constituir como individuo social, desenvolveu um horror a se identificar com seus iguais, pois estes representam, para ele, o retorno de um sentido insuportável, que tenta recalcar: a gênese histórico-social de sua condição de negro, que o remete ao estatuto de ‘peça’ [...] como resposta, o negro desenvolve uma identificação fantasmática com a classe dominante, cujo emblema é o ideal imaginário da brancura”. (Nogueira, 2021, p. 58)

A sociedade dominante, que também podemos chamar de branquitude, “oferece-lhe um paradigma – o da brancura – como lugar de identificação social [...] o negro vive cotidianamente a experiencia de que sua aparência põe em risco sua imagem de integridade”. (Nogueira, 2021, p. 67).

⁷ Ver mais em: <<https://www.transempregos.com.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

⁸ Ver mais a partir casos de racismo estrutural, identificação de pessoas negras com a branquitude no BBB23. Exemplo de reflexão de uma participante negra, disponível em: <<https://www.estadao.com.br/emails/tv/bbb-23-sarah-aline-analisa-atitudes-de-racismo-estrutural-entre-os-brothers/>> Acesso em 11 abr. 2023.

A educadora *Jota* combate ao racismo, pois tem total abertura para fazer isso no museu em que trabalha, mas são “*várias reações desde aceitação e de agradecimento até a de choque mesmo e transtorno. Pessoas que choram, tem pessoas que entra em prantos mesmo*”. Interessante trazer a concepção que são “padrões infantis de comportamento como ficar mal-humorada, irritada, ofendida ou chorar permanecem disponíveis como defesa para não lidar com a informação [...] comportamento imaturo, tornando-se novamente a personagem central que precisa de atenção⁹” (Kilomba, 2020, p. 123). Importante sempre ressaltar que é preciso parar, inclusive com as desculpas. De acordo com *Jota*: *é preciso não fazer*, não reproduzir essas falas e atitudes racistas e transfóbicas. Pois “*Também cansa muito, sabe? Tem que lidar com isso sempre, sempre*” (Fala de *Jota*).

O desafio de trabalhar com o marcador de classe: detalhes sutis que constroem privilégios e exclusões

“Acredito que hoje, agora 2022, hoje, 16 de maio, de certa forma, a minha vida é um pouco mais estável do que já foi”. (Fala de Raewyn)

Ao investigar mais sobre os marcadores sociais da diferença, o de classe se apresenta como um dos mais difíceis de ser analisado. É um marcador muito sutil que podemos trabalhar a vida atual da pessoa, mas a questão financeira de familiares também contribuiu ou não para o presente. Um entendimento que nos interessa é: “a classe substancia-se em gênero e em raça, assim como gênero e raça são filtrados por posições e relações de classe. A estrutura de classe que produz e onde se reproduzem os pobres não é uma dimensão paralela, e sim palco das relações de raça e de gênero” (Castro, 2019, p. 230). É a interseccionalidade entre esses marcadores de cor/raça e classe que nos interessa aqui.

A questão sobre a escolaridade de pai, mãe, avô, avó e tios/as, por exemplo, é uma forma de mensurar a questão de classe. A maioria das educadoras não tem pai e mãe com graduação, tampouco avô e avó. A pós-graduação é ainda mais rara para pai e mãe, inexistente para avó e avô. Tias e tios estão mais ou menos junto da geração e da condição dos pais e mães. O educador *Itamar* tem tia com doutorado, um dos únicos. *bell* tem uma tia com pós-graduação e uma avó faleceu analfabeta. *Catherine* também teve avó paterna que não sabia ler, pai e mãe não têm graduação, ela é a primeira da família paterna a alcançar isso. O educador *Stuart* contou que a mãe “*parou de estudar porque foi trabalhar como empregada doméstica, aí ela foi impedida de estudar pela família, foi para cidade para poder estudar, mas não pode*” (Fala de *Stuart*), então terminou o fundamental com ele. Uma avó do educador morreu analfabeta, ele e a prima tentaram ensinar, mas ela já era bem idosa. Então “*Isso me marca muito também, porque toda vez, inclusive, que eu escrevo um trabalho, está no meu TCC do ensino médio, na graduação, mestrado, porque ela sofreu por não saber ler e escrever*” (Fala de *Stuart*). Ela disse para ele que o que mais queria era saber poder ler e pegar um ônibus sozinha. Mas infelizmente “*O acesso à educação na roça é escasso, ela vivia em um contexto muito machista*” (Fala de *Stuart*). Lembramos do curta-metragem ‘Vida Maria’¹⁰ que conta a história de Maria José, uma menina

⁹ A participante branca do BBB23 que tem atitudes racistas com vários colegas negros e joga para eles a agressividade em que ela os trata. Além de questionar a participante negra por suas falas ‘difíceis’ e perseguir outra participante negra e questionar seu feminismo. Ver mais em: <<https://mundonegro.inf.br/bbb-23-5-momentos-problematicos-de-bruna-griphao-contra-pessoas-negras/>>. Acesso em 11 abr. 2023.

¹⁰ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4 Acesso em: 04 jul. 2022.

de cinco anos de idade que é levada a largar os estudos para trabalhar, enquanto isso, cresce, casa, tem filhos e envelhece.

A geração de *Jota* é a primeira de sua família a chegar no ensino superior. Para a geração de avós e avãs a educação formal praticamente não existiu. Pai e mãe conseguiram cursar até o ensino médio. *Raewyn* teve uma avó merendeira, como a mãe de *Aníbal*. A mãe de *Raewyn* vivia, na infância, com a família em uma fazenda que o pai cuidava, mas ele morreu cedo, e elas tiveram que sair. Então ela foi colocada em um internato de freiras; segundo ela, a mãe sempre contava essa história triste. O colégio era dividido entre as estudantes que pagavam e as bolsistas, que “*só podiam assistir às aulas depois de fazerem todas as tarefas. Então, depois de limpar os banheiros de arrumar as camas delas e das meninas ricas, quando elas terminavam de fazer tudo, ela já estava terminando, elas não conseguiam assistir as aulas*” (Fala de *Raewyn*). Ela também tem uma avó que não terminou os estudos e tem dificuldades com as regras do português, então fica com vergonha nas datas comemorativas “*ela dá um cartãozinho e fica assim ‘vovó não sabe escrever’*” (Fala de *Raewyn*). Nas gerações de avó e avô, geralmente o último era o que estudava mais, quando isso acontecia. Foi assim na família de *Raewyn* e *Stuart*, por exemplo.

Sobre a condição financeira ao longo da vida, *Itamar* estudou em escolas particulares mais caras e depois em outras mais em conta. Nas palavras dele: “*Meus pais não deixavam transparecer uma insegurança econômica, mas meu pai estava sempre calculando coisas em planilhas, foi por muito controle que a gente não teve uma infância mais desconfortável, nada esbanjando*”. Essa organização financeira chamou a atenção, pois não somos ensinadas a tê-la. Outro ponto que ressalta uma condição melhor de *Itamar* é: durante a graduação, já em São Paulo, ele tinha a morada da tia e o plano de saúde pago pelos pais. Sobre sua situação atualmente, ele afirma: “*os preços subiram e o salário não acompanha. O aluguel antes era um pouco mais dentro do orçamento, morava mais perto do trabalho. Não que está totalmente difícil hoje, mas aperta, mais de 1/3 do orçamento está comprometido*” (Fala de *Itamar*).

Lélia viveu em uma década especialmente difícil: “*Minha infância foi nos anos 80, que foi um período realmente complicado na vida Brasileira, em vários sentidos. Meu pai perdeu o emprego algumas vezes*” (Fala de *Lélia*). O pai só conseguiu se formar em Direito depois das filhas. *Conceição* também demonstrou dificuldades financeiras, logo no início da entrevista falou que sempre trabalhou porque precisa. E aguentou cerca de quatro anos sem férias em um museu por causa da necessidade de estar empregada. Ela disse que a geração anterior à dela não se preocupava em se formar, já ela e as irmãs sim. Porém, é preciso refletir que, até poucas décadas atrás, a formação superior era ainda muito restrita, mais do que é hoje¹¹, ela não se mostrava como uma opção para pessoas de classe baixa. A educadora morou na Inglaterra e diz que, lá, “*qualquer função que você exerça você está bem, tem uma vida interessante, uma vida boa*” (Fala de *Conceição*), bem diferente do nosso país. Ela se mostra insatisfeita com a remuneração no Brasil e na área, “*Aí voltei para o Brasil e fui trabalhar com museus e Educação, isso mudou muito, que é muito mal pago. Estou pensando em uma mudança de carreira*” (Fala de *Conceição*). Ela completa afirmando que nós, educadoras, além de sermos mal remuneradas, ainda não

¹¹ Apenas 21% dos jovens brasileiros, entre 25 e 34 anos, concluíram o Ensino Superior. Ver em: <<https://www.metropoles.com/dino/ocde-aponta-que-21-dos-brasileiros-possuem-ensino-superior>>. Acesso em 12 abr. 2023.

somos respeitadas. O que é um dos motivos da nossa má remuneração, diretamente relacionado à questão de gênero.

Catherine falou sobre o período difícil que teve na graduação: “Fazia bijuteria para me manter, tinha ajuda da minha mãe, não dos meus pais, da minha mãe que trabalhava e bancava esses primeiros momentos da faculdade, mas eu fazia de um tudo, mesária de eleição de sindicato que ganhava um dinheiro” (Fala de *Catherine*). É importante marcar a ajuda da mãe, e não dos pais: as mães, muitas vezes, chefiam a família, se virando com as contas e tarefas domésticas, além de contribuírem para a formação das/os filhas/os. *Catherine* não teve assistência estudantil, diz que era outra época das políticas públicas (que recém estavam se transformando); ela entrou na graduação no ano que Luiz Inácio Lula da Silva ganhou a eleição para Presidência da República, conforme lembrou durante a entrevista.

Já no mestrado, *Catherine* teve bolsa: “inclusive é isso, demorei, não emendei, fiquei dois anos me preparando, porque eu tinha que estar entre os primeiros lugares para ter bolsa, porque na UNIRIO a bolsa é por mérito, não existia ainda critérios sociais de bolsa” (Fala de *Catherine*). Sem a bolsa, ela não teria conseguido ir para o Rio cursar um dos únicos mestrados em Museologia disponíveis. Cabe ressaltar que a educadora reproduziu uma ideia que reflete pouco a realidade, uma vez que mérito não existe nesse entendimento: para ter acesso a bolsas, nesse caso, é preciso estar entre as primeiras colocações na seleção. Essa classificação da colonialidade tende a privilegiar *sujeitos brancos*, abastados que tiveram melhores condições e acesso a estudo de qualidade. Entre as pessoas entrevistadas, por exemplo, algumas tiveram acesso ao ensino particular e outras que cursaram ensino público. Então, aqui, também cabe a definição da autora Grada Kilomba (2020) para racismo institucional, bem como outras formas de preconceito, visto que uma das etapas desses processos de seleção é a entrevista, um momento subjetivo em que professores (masculino proposita), em sua maioria brancos, definem uma nota para compor com as demais de prova e projeto, a depender do edital de seleção. No entanto, essas notas nem sempre são objetivas, pelo conhecimento da pessoa; e, mesmo que fossem, vale mencionar o que discutimos anteriormente: esse conhecer pode ser mais efetivamente possibilitado pelos marcadores que privilegiam. Não quer dizer que ela não tenha conhecimento, que não seja difícil ingressar no mestrado com bolsa, só é mais desafiador para pessoas negras e/ou com outros marcadores excludentes, como baixa renda. Um exemplo de questão presente nessas entrevistas é se a pessoa conseguirá se dedicar ao mestrado ou doutorado integralmente. Quem precisa trabalhar, tende a não conseguir essa dedicação exclusiva, e isso pode impedir que tenha nota que contribua com sua aprovação. Essa exclusão está diretamente relacionada a classe, uma pessoa que tem outra renda ou quem a mantenha não precisa esperar para entrar na pós-graduação como *Catherine*.

Stuart, que iniciou a graduação depois, já conseguiu ter diversas bolsas, precisava delas por morar fora da cidade de origem e os pais não terem condições de mantê-lo integralmente. No Rio, também para o mestrado, buscou formas de melhorar sua renda principal, que também era bolsa. Ele, então, prestava serviço onde morava, para ter abono no aluguel. *Jota* teve todos os auxílios possíveis durante a graduação, diz que veio de uma família empobrecida, de negras e negros. Agora, no mestrado, está trabalhando; antes, contou com a ajuda de amigos/as e da orientadora. Esse apoio de orientadoras acolhedoras são fundamentais para que pessoas de origem menos privilegiada consigam alcançar determinados espaços. E essa assistência, por parte de professoras/es, costuma vir mais de pessoas que também tiveram origem em grupos minorizados.

Nas palavras de *Audre*, sobre o período da graduação: “*Não, não trabalhava, não tinha bolsa na graduação. Os estudos eram meu querido pai, fazer um sacrifício do cão para pagar os estudos*” (Fala de *Audre*). Cabe apontar que o pai da entrevistada era cirurgião dentista, em uma época que a graduação era muito restrita a uma parcela da sociedade, como já mencionamos. Ou seja, essa educadora vivenciou uma experiência muito distinta da sua geração, uma vez que pais e mães de outras entrevistadas, mais novas, não tinham graduação. Ela está com quase 60 anos e, por isso, é de uma geração que não tinha tanta formação. A *Conceição*, por exemplo é 10 anos mais nova, e falou que só na geração dela que a família acessou o ensino superior.

Sobre a estabilidade atualmente, *Catherine* tem uma vida mais confortável. Ela teve uma ascensão de carreira nos últimos anos, apesar da crise, mas é Microempreendedora Individual (MEI), então não tem direitos trabalhistas, como plano de saúde, por exemplo. *Catherine* analisa que: “*Nos últimos cinco anos vem tendo um aumento, mas é difícil pensar isso porque hoje ganho mais, mas antes eu tinha direitos trabalhistas, então é hipocrisia dizer que nada mudou, mas é também otimista, se eu for fazer uma conta mudou pouco*”. Nas experiências anteriores que ela teve, não atuava em cargos tão altos como agora, mas tinha direitos mais assegurados.

Como o educador *Itamar*, *Audre* acredita que: “*achatou salário de todo mundo nesses últimos tempos, isso é fatal, né? Não tem muito por onde fugir. Mas acho que para educadores essas tratamento foi ainda mais dolorido, porque os valores de remuneração, são muito baixos, eu considero pelo menos muito baixos*” (Fala de *Audre*). O educador *Stuart* disse que os museus no estado em que ele trabalha são geridos por organizações sociais (OS's), como o museu em que atua *Audre*, em outro estado. E isso é um grave problema, como classificou o educador, pois tira a possibilidade de concurso público, por exemplo. Além das demissões em massa que as Organizações fazem periodicamente, gerando ainda mais instabilidade para pessoas de origem pobre, e no caso das educadoras, impede uma continuidade nas práticas educativas. De acordo com as autoras Almeida *et al.*:

“No caso das instituições públicas geridas por Organizações Sociais não há vínculo de servidores públicos, assim como no caso das instituições privadas e mistas. Este cenário que vem se configurando tem contribuído para a precariedade de contratos de trabalho e para uma oscilação no número de prestadores de serviço no cotidiano do museu, o que pode gerar um certo desconhecimento da própria estrutura do museu.” (2021, p. 237).

Aníbal que trabalhou na capital paulista, como *Audre*, fala da dificuldade de buscar emprego na educação: “*na Pinacoteca ou Museu de Arte Sacra, surge a vaga e você acha que tem perfil, envia o currículo, mas eles nem respondem para dizer se você tem perfil ou não*” (Fala de Aníbal). Isso acontece com frequência: quem está nessa área, e não é servidora, pena muito procurando emprego a cada vaga que surge, fora aquelas com remuneração muito baixa, e ainda as chamadas que nem se dignam a informar o salário, como se fossemos trabalhar de graça. O educador segue comentando: “*A remuneração é péssima, até da Bienal que tem um educativo muito bem formado*” (Fala de Aníbal), e ainda cita a gestão de OS's como um dificultador.

Raewyn passou por um período especialmente difícil nos últimos anos. Foi uma das milhares de educadoras demitidas na pandemia de COVID-19. Pelo menos era uma vaga CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), então recebeu a rescisão e o seguro-desemprego; graças a isso, ela não passou ainda mais dificuldades. Infelizmente, perdeu a mãe, que era a principal fonte de renda da casa, concursada, mas a Prefeitura cortou o salário logo após o falecimento, por COVID-19. O pai recebe a pensão, que é metade do salário dela, e que demorou a sair. Depois

de relatar muitos altos e baixos, ela disse, conforme vimos no trecho destacado no início do tópico, que está mais estável neste momento. É dessa forma que nossa vida de educadora se dá: depende do momento que estamos vivendo. Amanhã pode vir uma nova pandemia e sermos demitidas, ou o contrato pode acabar depois de amanhã, e ainda demorarmos a encontrar nova colocação profissional. Raewyn ficou mais de um ano sem contrato CLT: depois do seguro-desemprego (seis meses), só estava conseguindo contratos temporários ou MEI. As vagas temporárias tendem a ter carga horária e remuneração menor.

Nas entrevistas também refletimos sobre os públicos, Grada percebe que os do verão são mais elitizados, porque não é todo mundo que tem dinheiro para a praia. Mas, de acordo com ela, há mais marcadores de classe nos grupos escolares. Segundo ela, a equipe “gosta muito mais de trabalhar com o pessoal de escola pública, [...] escola particular tem o comportamento mais elitizado, é um público mais difícil de não querer parar para conversar, de ficar fazendo muito barulho, se sentem superiores, bem mais difícil de trabalhar” (Fala de Grada). O ensino básico pago, no Brasil tem uma qualidade muito superior ao ensino público, infelizmente, sobretudo no que tange a arte, por exemplo.

Stuart citou a dificuldade de as escolas públicas acessarem o museu em que trabalha pela falta de transporte, só recentemente que eles conseguiram com a universidade – o museu que atua é universitário – que tenha um ônibus uma vez por semana. Isso demonstra que a exclusão pela questão de renda já opera desde sempre no cotidiano de visitantes de museus, e evidencia que a escola que estudamos contribui como um marcador a nos limitar ou privilegiar na sociedade.

Raewyn contou que no museu em que trabalhava na época da entrevista tem um público mais elitizado, e branco, e isso acaba sendo uma dificuldade, pelo possível negacionismo ou descrédito do trabalho. Um exemplo mencionado por ela: esses dias apareceu um eleitor de “você sabe quem” (Fala de Raewyn), não é Valdemort¹², se trata do presidente do Brasil entre 2019-2022, uma figura política que não contribui com a cultura, especialmente com os museus em seu governo. Raewyn admite que não se sente segura com público de pessoas brancas, de classe alta, loira de olho azul e heterossexuais, por não saber o que pode esperar delas quando iniciar a fala. Segundo ela: “minha mediação não está em um lugar neutro, é político, não está nesse lugar objetivo. Muito pelo contrário, está num lugar que é extremamente político, extremamente subjetivo, extremamente crítico, emocional” (Fala de Raewyn). Os públicos, e até a equipe dos museus, ainda são marcados por essas características sobre as quais Raewyn não se sente segura. Reflexão que Gabriela Aidar (2019) já fez, dizendo que profissionais e visitantes de museus são, por vezes, elitizados e de alta escolaridade, portanto fechados entre si. É uma subversão que nossos corpos e corpos, como disse Jota, possam ocupar esses espaços como profissional e público, e, assim, abraçar visitantes que vão contra a norma histórica dos museus. Como disse Catherine: “que os museus sejam espaço daquilo que ainda não existe”, ou seja, esse acolhimento para nossos e outros corpos excluídos, que façamos justiça social nas ações educativas, como também disse a educadora.

¹² Vilão dos livros de Harry Potter.

Considerações finais

Os marcadores que apresentamos mostram como as profissionais passam por questões complexas e confusas a respeito da própria cor/raça. O marcador de classe é desafiador de ser analisado, por ser muito sutil. E os relatos mostram privilégios e desigualdades no acesso à educação, que reverbera nas oportunidades de trabalho. Além de outro fato que surgiu após o relato de educadoras que precisaram sair de suas regiões de nascimento para estudar em cidades como o Rio de Janeiro, mostrando as tentativas de centralidade dos debates brasileiros dessa área no eixo Rio-São Paulo. No entanto, as outras regiões seguem construindo conhecimento mesmo com a total falta de atenção e investimento do Estado brasileiro. São debates importantes de serem realizados sob o olhar da decolonialidade e da Sociomuseologia, como explorei ao longo do texto. Uma vez que busco romper as barreiras da colonialidade mostrando as falas potentes das educadoras, urgentes de serem ouvidas. A Museologia e muitos museus não se mostram interessados em superar questões relacionadas ao racismo e preconceito de classe que geram desigualdades em nossa sociedade, e é através da Sociomuseologia que um debate inicial pode ser realizado.

Referências bibliográficas

- Abreu e Souza, R. de. (2020). Deixa meu cabelo em paz e outros contos sobre Arqueologia do Racismo à Brasileira. *Revista de Arqueologia*, 33(2), 43–65. <https://doi.org/10.24885/sab.v33i2.743>
- Aidar, Gabriela. (2019). Acessibilidade em Museus: Ideias e Práticas em Construção. *Redoc*. Rio de Janeiro v. 3 n. 2 p. 155 ISSN 2594-9004
- Almeida, Adriana Mortara et al. (2021). Como podemos conhecer a prática da educação museal no Brasil em tempos de pandemia de Covid-19? Relato de uma pesquisa colaborativa. *Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST* – vol.14, nº 2.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Castro, M. G. (2019). Mulheres sindicalizadas: Classe, gênero, raça e geração produção de novos sujeitos políticos, um estudo de caso. Em H. B. de Hollanda & A. de O. Costa (Orgs.), *Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto* (1a reimpressão). Bazar do Tempo.
- Kilomba, G. (2020). *Memórias da Plantação* episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Kilomba, G. (2020). Fanon, existência, ausência. In: Fanon, F. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu.
- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu.
- hooks, bell. (2019). *Olhares negros: Raça e representação*. São Paulo: Elefante Editora.
- hooks, bell. (2023). *Irmãs de inhome: Mulheres negras e autorrecuperação*. Tradução floresta. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente: Significações do corpo negro* (1a edição). Perspectiva.
- Passos dos Santos, Karlla Kamylla. (2023) *Educação Museal e Feminismos no Brasil: Silenciamentos, Estranhamentos e Diálogos a Partir de um Olhar Interseccional e*

Decolonial. Tese. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Instituto de Educação. Lisboa.

Primo, Judite. (2019). Os Desafios Contemporâneos na Investigação em Sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*. vol. 58. nº14.

Walsh, C., Oliveira, L. F. de, & Candau, V. M. (2018). Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. *Education Policy Analysis Archives*, 26, 83. <https://doi.org/10.14507/epaa.26.3874>